



[Recensão a] Araújo, Luís Manuel - Os grandes Faraós do Antigo Egito: 30 faraós, 30 dinastias

Autor(es): Canhão, Telo Ferreira

Publicado por: Centro de História da Universidade de Lisboa

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/23690>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0871-9527_21_23

Accessed : 15-Jan-2022 20:34:55

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

21



Ἰσοπέδιον ἔστω τοῖς ποσσὶν ἵππων
καὶ τῶν ἀνθρώπων ἵππων
ΜΗΝΙΝ ΛΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

which the transition between death and life takes place. The preference for the feminine aspect of the gazelle allows it to move into the paradigms of that role, making it a manifestation of the same conceptual sphere as found for goddesses such as Tefnut, Hathor and Isis, mother and solar daughter.» (pp. 193-194).

Apesar de destacarmos aqui essencialmente esta abertura para uma abordagem mais temática, a verdade é que se se procura na obra um aprofundamento destes temas não se encontra. De facto, cumprindo o que a autora enuncia como objectivo, trata-se de um estudo empírico baseado na compilação, classificação e análise de material primário. Daqui resulta o isolar de motivos com carácter de ícone, imagens portadoras de significado em contexto, segundo terminologia de Jan Assmann que é discutida com relação ao pensamento de Orly Goldwasser, admitindo-se que no estudo do antigo Egipto o campo da semiótica está já firmemente estabelecido, mas que o da semiótica da imagem, campo teórico em que é inscrito o presente estudo, está ainda nas fases iniciais de desenvolvimento (p. 4). A maior parte da obra dedica-se, pois, à identificação, localização e apresentação bastante minuciosas do material (complementando bem com a sistematização dos extensos índices), numa tarefa importante e certamente muito trabalhosa, mas profundamente descritiva, que vem formar essencialmente uma colectânea de referências. Perante esta opção de abordagem, a discussão do significado acaba por perder em aprofundamento, sendo feito um levantamento de significado e associações simbólicas interessante mas relativamente superficial.

Catarina Almeida

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO, *Os Grandes Faraós do Antigo Egipto. 30 faraós, 30 dinastias*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, 366 pp., ISBN 978-989-626-335-5.

Os Grandes Faraós do Antigo Egipto é um trabalho que a editora «A Esfera dos Livros» publica de um autor que dedicou quase toda a sua vida à egiptologia. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde tem leccionado diversas disciplinas de egiptologia e de história, cultura e arte pré-clássica, Luís Manuel de Araújo tem mais de cem artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, e outro tanto de recensões críticas de obras portuguesas, francesas, inglesas, italianas e espanholas. Além disso é director da obra de referência da

egiptologia em português, o *Dicionário do Antigo Egipto*, a que alude diversas neste livro. Esta publicação é o seu 13º livro, entre os quais se contam os catálogos das mais importantes colecções de peças egípcias existentes em Portugal: do Museu Nacional de Arqueologia, do Museu Calouste Gulbenkian, do Museu da Farmácia e do Museu de História Natural da Universidade do Porto. Sem margem para dúvidas é o maior conhecedor das mais de mil peças egípcias que existem em Portugal, espalhadas por colecções públicas e privadas.

Os Grandes Faraós do Antigo Egipto são 366 páginas dedicadas a outro ilustre orientalista, o Professor Doutor José Nunes Carreira. É uma obra de onde ressalta a importância que o autor sempre deu à forma de apresentar ao leitor, especializado ou não, as palavras e as ideias de uma cultura muito diferente daquela em que nos integramos. É com muita clareza que percebemos a organização do livro no primeiro impacto que é a leitura do índice geral. No início e não no fim. Para o fim devem ficar os epílogos, os apêndices, as bibliografias, os índices remissivos e, eventualmente, as notas, depois do epílogo e antes de tudo o mais, como é aqui o caso. Entre estes dois extremos temos um prefácio e uma introdução, seguidos de nove capítulos que abrem espaço às diferentes épocas em que se dividiu a história do Egipto faraónico, onde foram integrados os primórdios desta civilização e as 30 dinastias arquitectadas por Maneton, conselheiro de Ptolemeu I, o fundador da dinastia lágida no início da ocupação greco-romana.

No «Prefácio», depois de justificar o surgimento deste livro e os critérios de selecção dos faraós, Luís Manuel de Araújo mais uma vez dá nota pública do seu bom carácter ao deixar explícito que sempre que assim o entenda e se justifique incluirá obras e artigos de autores/ investigadores portugueses, o que, mesmo os mais distraídos, facilmente comprovariam ao longo de todo o texto. E se nos é permitida uma pequena brincadeira, no fundo é apenas o reflexo de uma importante crença do Egipto faraónico – a pluralidade – que nos é dada pelo simbolismo que o número três tinha para os antigos Egípcios, potenciado aqui pelo sistema decimal, que também era o seu, e de que esta obra já não se livra: são cerca de 3 000 anos de História onde se incluíram cerca de 300 faraós organizados em 30 dinastias, de entre os quais se fez uma selecção de 30 faraós. Se alguém pretender seguir este caminho, que não se esqueça de acrescentar a «tríade» 366 do número de páginas.

A «Introdução» apresenta três subcapítulos. Em «Os nomes reais», o primeiro, o autor justifica a versão portuguesa das formas da onomástica real, diz de que maneira se deve nomear um rei e expõe uma lista

completa de todos os reis do antigo Egito, onde se destacam com um asterisco os que irão ser desenvolvidos em próximos capítulos e que são coincidentes com a listagem que enforma o próprio índice. Junto a estes nomes surgem imagens de alguns símbolos da realeza, com destaque para as coroas. No subcapítulo seguinte, designado por «Titulatura e listas reais», apresenta as fontes para a organização da onomástica real (a compilação de Maneton, as listas reais de Karnak, Sakara e Abido, a Pedra de Palermo e o *Papiro Real de Turim*) e, ainda, a constituição da titulatura real, que só estabilizou nos cinco títulos e nomes a partir da XII dinastia: o nome de Hórus, o nome das Duas Senhoras, o nome de Hórus de Ouro, o nome de rei do Alto e do Baixo Egito e o nome de filho de Ré. Só os dois últimos se apresentavam envoltos em cartelas e só muito raramente eram utilizados os cinco em conjunto. Normalmente os reis usavam apenas o nome de nascimento (o último) ou o de coroação (o penúltimo, também designado por prenome). No último subcapítulo, com a designação de «Iconografia real», são dadas algumas explicações sobre os símbolos e atributos exclusivos dos faraós, como por exemplo, o *serekh*, a cartela, as coroas ou os ceptros.

O primeiro capítulo após a «Introdução» recebeu o título de «A unificação do Egito» e inicia-se com uma rápida explicação das designações que os Egípcios atribuíam às suas gentes e às suas terras, seguida de breves palavras sobre a máquina burocrática que movia o Egito. Vem então um primeiro subcapítulo designado por «Primórdios distantes», que remete o leitor para as raízes pré-históricas da civilização egípcia. Não só africanas mas também do Próximo Oriente. O subcapítulo seguinte foi apelidado de «A “dinastia 0”», que não é uma questão ainda totalmente consensual, onde persistem lado a lado o mítico, o real e a incerteza, e onde se incluem reis divinos e semidivinos, onde aparece o nome de Meni (ou Menés) já com o título *nesu-bití* («o do junco e da abelha», ou seja, rei do Alto e do Baixo Egito), a par do Hórus Ka e do enigmático «rei Escorpião». O destaque dos trinta faraós e suas histórias começa exactamente aqui com Narmer. Nele aponta-se a intrincada situação deste soberano, em paralelo com o não menos intrincado conhecimento que temos de Menés, não se sabendo com certeza absoluta quem eles eram ou o lugar exacto que integravam na sucessão real: Narmer seria o antecessor de Menés? Seria Menés o Hórus Aha? Ou Menés era o próprio Narmer? Terá sido Narmer o fundador da primeira dinastia? Ou será que foi o Hórus Aha o primeiro unificador das Duas Terras? Neste início da civilização egípcia as evidências são escassas mas as dúvidas são abundantes.

Seguem-se oito capítulos designados pelo encadeado cronológico das diferentes épocas em que se dividiu o Egípto faraónico. Cada capítulo é constituído por subcapítulos correspondentes às 30 dinastias, dentro dos quais Luís Manuel de Araújo foi integrando cronologicamente a generalidade dos faraós, 30 dos quais postos em evidência no final dos respectivos subcapítulos. Por exemplo, no Império Antigo, na III dinastia distinguiu Djoser, na IV Seneferu, Khufu, Khafré e Menkauré, irremediavelmente ligados às grandes pirâmides, e na VI Pepi II, cujo longo reinado encerra parte das causas do fim do Império Antigo. No Império Médio apartou Mentuhotep II, responsável pela reunificação do Egípto em meados da XI dinastia e, na XII, à qual Dietrich Wildung chamou «a idade de ouro do Egípto», salientou Amenemhat I, Senuseret I, Senuseret III e Amenemhat III. O Império Novo, época de prosperidade e imperialismo, é o que apresenta maior número de destaques na XVIII dinastia com Ahmés, Tutmés I, Hatchepsut, Tutmés III, Amen-hotep II, Amen-hotep III, Akhenaton, Tutankhamon e Horemheb, seguindo-se a XIX dinastia onde sobressaem Seti I, Ramsés II e Merenptah, e a XX dinastia onde avulta Ramsés III.

Cada capítulo inicia-se com uma breve apresentação da época em questão e eventuais problemáticas associadas, tendo como principal objectivo integrar as dinastias e os respectivos faraós. O mesmo tratamento é dado a cada dinastia onde vão sendo integrados os reis, destacados ou não, surgindo no fim, individualizados, os soberanos em destaque. O enquadramento temporal está sempre presente, bem como pormenores ou casos únicos de figuras consideradas secundárias como, por exemplo, o «insólito túmulo com a forma de um grande sarcófago» que o último rei da IV dinastia, Chepseskaf, mandou erigir para si em Sakara.

O corpo de texto encerra-se com um «Epílogo» onde se alude à deposição do último faraó autóctone, Nectanebo II, pelo rei persa Artaxerxes III, que deu início ao segundo período persa que alguns consideram erradamente a XXXI dinastia. Seguiram-se Arses e Dario III, que ainda foi atormentado por um inconsequente rei nativo de nome Khababach, antes do Egípto ser definitivamente tomado por estrangeiros. Alexandre Magno da Macedónia depôs os Persas e iniciou a dinastia macedónica, à qual se seguiu a dinastia ptolemaica. Depois de integrar o mundo helenístico de 332 a 30 a. C., o Egípto ainda viu o ocupante grego ser substituído pelo ocupante romano de 30 a. C. a 395 d. C., conseguindo não perder totalmente a sua identidade, mas vendo-a irremediavelmente transtornada e declinante.

A esta rápida visão geral da história do Egípto, seguem-se 47 páginas de notas arrumadas em função de cada capítulo, onde a numeração é

reiniciada em cada um para facilitar a procura. Há depois três apêndices: o primeiro chamado «O *ba* e o *ka*» com explicações sobre estes dois elementos espirituais que por vezes integravam os nomes reais; o segundo intitula-se «Hino a Tutmés III» e exhibe uma versão integral deste hino apologético do Império Novo; e o terceiro, denominado «O Vale dos Reis: a última morada dos faraós do Império Novo», apresenta a respectiva lista dos túmulos por ordem alfabética e uma lista dos túmulos por ordem numérica. Há ainda 46 páginas que incluem uma impressionante bibliografia dividida em «Bibliografia específica» e «Bibliografia geral», cada uma apresentando diversas subdivisões.

No fim surge um «Índice remissivo» extremamente importante para quem rapidamente pretenda informações mais específicas sobre nomes, localidades ou outras questões pormenorizadas. Aliás, a obra que agora vem à luz é um importante trabalho a integrar não só a biblioteca de quem é um mero curioso da egiptologia como a de todo aquele que em Portugal se dedica ao estudo do Egito. E entre os vários motivos que poderíamos enumerar sobressaem dois: a substância de um texto erudito apresentado em linguagem bastante acessível e a riqueza quantitativa e qualitativa da bibliografia apresentada.

Aqui e ali vão surgindo imagens a propósito, aligeirando a leitura e presenteando a vista, sempre expondo iconografia relevante da cultura faraónica. Não é um livro como o *Dicionário dos Faraós*, de Pascal Vernus e Jean Yoyotte, que de imagens apenas apresenta três mapas a preto e branco, mas está longe de ser um livro «amplamente ilustrado», como é a *Crónica dos Faraós* de Clayton, onde praticamente todas as páginas têm imagens, muitas tendo mesmo duas e três imagens, bastantes das quais a cores. Isto sem contar com as numerosíssimas inscrições hieroglíficas! Mesmo sabendo que são razões técnicas e económicas que movem estas questões, não posso evitar de dizer que a obra *Os Grandes Faraós do Antigo Egito* teria sido mais valorizada se cada faraó evidenciado tivesse o respectivo texto acompanhado por uma das suas representações iconográficas, salvo aqueles que as não têm, mesmo que fossem a preto e branco, do que com um caderno de dezasseis páginas, ainda que a cores, algures no meio do livro, com imagens completamente apartadas dos textos que as contextualizam. Contudo, os reis destacados, embora não tenham junto a si uma imagem elucidativa, são sempre acompanhados dos principais nomes em egípcio hieroglífico, que a partir da XII dinastia são os dois últimos.

No que respeita à iconografia, um destaque especial para a capa, onde se exhibe a belíssima metade superior de uma estátua em pé, exposta no Museu de Lucsor, cuja cartela do cinto do saíote real nos diz ser

Menkheperre, que significa «Duradoura é a forma de Ré», e é o nome de coroação do rei Tutmés III, sexto soberano da XVIII dinastia, a quem James Breasted apelidou de «Napoleão do Egipto», devido às suas numerosas campanhas militares de carácter imperialista a norte do Egipto, na Síria-Palestina, e a sul, na Núbia, e um dos maiores construtores de toda a história da civilização egípcia. Pena é que o belo tom cinza esverdeado que lhe confere o material de que é feito, o grauvaque, uma rocha sedimentar detrítica constituída principalmente por quartzo, feldspato e fragmentos de rocha unidos por um cimento silicioso, tenha desaparecido. Quem pretender confirmar este facto pode ver a sua verdadeira cor na sexta página do caderno colorido inserido entre as páginas 160 e 161. Vá lá, subverteu-se a verdade cromática mas impôs-se o reflexo da cor do deserto escaldante, a *decheret*, exactamente a «terra vermelha»!

A capa, infelizmente, regista uma outra questão que merece um reparo. Primitivamente, o subtítulo estava correcto na página cinco, com *30 dinastias, 30 faraós*, e ao ser trocado quando da realização da capa, acabou por ser corrigido no sítio errado ficando *30 faraós, 30 dinastias*. Aqui a ordem dos factores não é arbitrária, porque a primeira frase condiciona a segunda: no primeiro caso, de um total de 30 dinastias escolhem-se 30 faraós entre 300 e, no segundo caso, fixam-se os 30 faraós logo de início e escolhem-se 30 dinastias que é o total de dinastias. Isto leva à indicação de que se terá escolhido um faraó por cada dinastia, o que, como já vimos, não é verdade nesta obra. Em todo o caso, nada disto invalida que este trabalho, *Os Grandes Faraós do Antigo Egipto. 30 faraós, 30 dinastias*, tenha atingido plenamente os objectivos propostos no título e no subtítulo: Luís Manuel de Araújo deu destaque aos 30 faraós que em sua opinião se superiorizaram a todos os outros ao longo das 30 dinastias. E fê-lo de forma clara e elucidativa. Em boa hora a editora «A Esfera dos Livros» tomou esta iniciativa, que só pode ser votada ao sucesso.

Para terminar, uma questão que nada tem a ver com o Autor ou com «A Esfera dos Livros», mas que é indissociável desta obra. A palavra «Egipto» tem como fonte primária Hutkaptah (*ḥwt-k3-ptḥ*), expressão egípcia que significa «O palácio do ka de Ptah», nome do templo de Ptah em Mênfis, que se estendeu primeiro à região de Mênfis e depois a todo o país. Os Gregos pronunciaram-na como Agyptos e os Romanos Aegyptus, um nome que durante cerca de cinco milénios manteve a marca da sua origem, com o nome de Ptah, por ironia o deus que criou o universo pela força da palavra; um nome que foi evoluindo mantendo sempre a sua estrutura básica (ptah > ptos > ptus > pto) e que agora vê desaparecer o estruturante «p». A par deste efeito devastador motivado por critérios que não tiveram em conta motivos bem

mais significativos do que as simples questões de pronúncia, permanecem palavras como «egípcio», «egípcia», «egípcios», «egípcias», por estes «pês» se pronunciarem na sequência consonântica «pc», fazendo surgir frases aberrantes do tipo: «Como poderemos observar no Museu Egípcio do Cairo, os soberanos egípcios da civilização egípcia residiram no Egito» – onde a palavra-raiz das restantes que de si derivam lhes é completamente estranha perdendo o «p» enquanto elas o mantêm. Diz o inexorável acordo ortográfico de 1990 que as consoantes mudas ou não articuladas serão suprimidas, que é o que acontece com o «p» em parte das sequências consonânticas «pt». Se por vezes, preguiçosamente, tenho pronunciado Egito, muitas mais são as que pronunciei Egípcio, lendo mesmo o «p». Os laboriosos construtores desta verdadeira hecatombe da língua portuguesa de Portugal, quiçá privilegiando interesses geopolíticos e económicos focados no Brasil, acharam que este, pelo menos, não era um dos casos para admitir dupla grafia por, na sua opinião, «não haver oscilação na pronúncia das sequências consonânticas». A confusão adensou-se ao manterem-se alguns «pês» que continuarão a pronunciar-se na sequência «pt» por sempre se terem pronunciado, mesmo que a palavra-raiz o tenha perdido, como é o caso da palavra «egiptólogo». Obviamente que isto não é um problema exclusivo da palavra Egípcio. Eu não sei o que é um cetra! Eu sempre pronunciei ceptro. E isso eu sei o que é! Pelo menos esta palavra ficará com dupla grafia por haver «um grupo de falantes que pronunciam o “p”»!

Que fique bem claro que eu até me apercebo que há várias alterações que fazem sentido! A minha relutância não se prende com qualquer preguiça de reaprender grafias e sei que acabarei por ter que me habituar. O que me custa mesmo é a criação de um maior afastamento de algumas palavras em relação às suas raízes primitivas e uma maior confusão em determinados conjuntos de palavras, caucionados pelas novas grafias.

Telo Ferreira Canhão

KEIKO TAZAWA, *Syro-Palestinian Deities in New Kingdom Egypt. The hermeneutics of their existence*, BAR International Series 1965, England, Archeopress, 2009, pp.192 com anexos fotográficos, ISBN: 978 1 4073 0448 9

Esta monografia constitui uma síntese da tese de doutoramento submetida pelo autor Keiko Tazawa, em 2008, à Universidade de Liverpool, orientada pelo prestigiado egiptólogo Dr. Ian Shaw.